



TJMA implanta ordem judicial eletrônica



O sistema SerasaJud, fruto de um convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e a Serasa Experian, foi apresentado, em agosto, aos juizes, secretários judiciais da capital e das varas Cíveis e de Família, e dos Juizados Especiais Cíveis e das Relações de Consumo.

O sistema permite aos magistrados maranhenses a emissão de ordens judiciais eletrônicas, determinando a realização de alterações cadastrais, exclusão e reinclusão de anotações no banco de dados daquela empresa, mediante o uso de certificados digitais e de criptografia.

O juiz Alexandre Abreu, incentivador

da iniciativa, disse que o Poder Judiciário tem buscado sempre melhorar a forma de atendimento na prestação jurisdicional e com a implantação do sistema deu um passo importante nessa missão. De acordo com o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, a iniciativa trouxe inúmeras vantagens para a Justiça estadual e para os jurisdicionados.

“Além de atender ao princípio constitucional da celeridade, com a virtualização dos processos judiciais, o convênio vem reduzir o tempo de tramitação e de cumprimento das ordens judiciais, se somando ao esforço do Tribunal para a mo-

dernização da Justiça maranhense, garantindo uma melhor prestação jurisdicional”, ressaltou. “A medida é uma garantia para a sociedade de que a prestação jurisdicional. A determinação do juiz vai ser cumprida em tempo suficiente a reduzir os prejuízos daquele que lhe procura”, concluiu o juiz. O acesso ao novo Sistema é feito mediante utilização de Certificado Digital.

O convênio permite também que os juizes autorizem o cadastramento de servidores para que estes possam também encaminhar, pelo sistema, ordem judicial eletrônica.

Todas as notificações do sistema que

tratem de ordens judiciais são enviadas para o e-mail cadastrado pelo magistrado.

Além da implantação do “software”, a Serasa Experian disponibilizou gratuitamente um sistema eletrônico para a conexão e o fluxo de ordens judiciais eletrônicas exaradas pelos magistrados. Como o acesso ao novo sistema será feito mediante a utilização de Certificado Digital, o diretor de Informática do TJMA, Paulo Rocha Neto, afirmou que os juizes devem providenciar, o mais rápido possível, os seus respectivos certificados digitais, que a partir do 31 de outubro serão enviados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

PÁGINA

2 Mais policiais da reserva reforçam segurança dos fóruns

PÁGINA

3 Relatório mostra não haver doenças ocupacionais no Judiciário

PÁGINA

4 TJMA instala vara e inaugura sede de juizado em Açailândia

PÁGINA

5 Presidente vistoria obras de revitalização de fóruns

EDITORIAL



Como vem ocorrendo sistematicamente ao longo da nossa gestão, o Tribunal de Justiça foi novamente instado a adotar medidas para reforçar o sistema de segurança do Judiciário maranhense.

Com a finalidade de estabelecer políticas para a proteção dos juízes

no exercício de suas atividades profissionais, criamos uma assessoria de segurança institucional, disponibilizando meios que possibilitem prevenir, antecipar, orientar e monitorar situações que envolvam a segurança de magistrados.

A assessoria já está em plena atividade e, além do serviço de emergência para comunicação de ocorrências que ameacem o trabalho dos juízes, está fazendo um mapeamento de situações de risco, visando sanar os pontos vulneráveis ainda existentes em termos de segurança em prédios da Justiça maranhense.

Nesse sentido, foram traçadas as linhas de ação e as estratégias para um trabalho de inteligência articulado com a cúpula da segurança pública do Estado, com o objetivo de fazer com que as medidas de intervenção policial ocorram em tempo hábil, garantindo respostas imediatas a qualquer tentativa que venha afrontar a Justiça.

Em agosto, visitamos várias comarcas do Estado, quando vistoriamos obras de construção e reforma de fóruns e inauguramos, em Açailândia, a sede própria do Juizado Especial de Açailândia, instalando ainda, naquela comarca, a 5ª Vara Cível e Criminal, atendendo aos anseios da comunidade jurídica e da sociedade local, diante da significativa demanda processual.

É importante frisar a apresentação do sistema SerasaJud, que, mediante o uso de certificados digitais e de criptografia, permite, aos magistrados, a emissão de ordens judiciais eletrônicas, determinando a realização de alterações cadastrais no banco de dados daquela empresa.

Fruto de um convênio celebrado entre o Tribunal de Justiça e a Serasa Experian, o sistema vem reduzir o tempo de tramitação e de cumprimento das ordens judiciais, fortalecendo o projeto de modernização implantado no Judiciário maranhense, que, dentre outras prioridades, visa garantir mais agilidade na prestação jurisdicional.

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

Policiais da reserva reforçam segurança dos fóruns



Mais quarenta e quatro policiais militares da reserva remunerada estão reforçando, desde o início de agosto, o efetivo de vigilância nos fóruns das comarcas no Estado. Com o novo grupo, o número de policiais militares da reserva remunerada a serviço do Judiciário nas comarcas sobe para 77. A segurança nos fóruns já é reforçada por postos de vigilância privada, durante 24 horas, no total de 26, atualmente.

Várias comarcas foram beneficiadas com o reforço na segurança, conforme a portaria do TJMA que lotou os policiais: Anajatuba (três); Humberto de Campos (três); Icatu (três); João Lisboa (três); Monção (três);

Santa Rita (três); Tuntum (três); Imperatriz (dois); São Bento (dois); Tutóia (dois); Centro Administrativo do TJMA (dois); Codó (dois).

As comarcas de Açailândia, Alcântara, Dom Pedro, Itapecuru-Mirim, Mirinzal, Rosário, Santa Inês, Santa Luzia do Tide, São João Batista, São João dos Patos, São Vicente Férrer, e os 8º e 13º Juizados Cíveis Relações de Consumo, receberão cada, um policial. O Poder Judiciário maranhense é pioneiro na celebração no convênio com o Governo do Estado que permitiu a designação dos policiais da reserva para atuar na segurança dos fóruns.

TJMA implanta plantão 24 horas contra violência em comarcas

Juízes e servidores que atuam nas comarcas do Maranhão contam, desde agosto, com um telefone de emergência para comunicação de ocorrências que ameacem a segurança dos fóruns judiciais.

O atendimento funciona 24 horas, pelo celular (98) 8802.1503, pelo qual a diretoria de segurança institucional do Tribunal de Justiça será informada das ocorrências e encaminhará as providências cabíveis para apurar as responsabilidades e adotar as medidas necessárias para garantir a integridade física dos magistrados e servidores.

“Com o serviço de plantão, daremos assistência imediata, informando à polícia e adotando as medidas administrativas necessárias, conforme a ocorrência”, complementou o assessor de segurança institucional, Carlos Pacheco.

Todas as ocorrências comunicadas serão repassadas imediatamente à cúpula da

segurança pública do Estado, para que as medidas de intervenção policial nos locais ameaçados ocorram de imediato, e seja dado o apoio necessário, conforme o caso.

De acordo com o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, a implantação desse serviço visa agilizar o atendimento das reclamações dos juízes em casos de atentados à segurança dos fóruns.

Segundo ele, com a iniciativa, magistrados e servidores terão mais segurança para exercer suas atividades, vez que as respostas a qualquer ato que venha tentar afrontar a Justiça terão uma resposta imediata do Judiciário e da Secretaria de Segurança Pública.

Para fazer um mapeamento completo de situações de risco no âmbito do Judiciário maranhense, o assessor de Segurança Institucional do TJMA, Carlos Eduardo Pacheco, está visitando diversas comarcas.



Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça

Des. Jamil de Miranda Gedeon Neto
Presidente

Desa. Cleonice Silva Freire
Vice-presidente

Des. Antonio P. Guerreiro Júnior
Corregedor Geral da Justiça

Des. Antonio Fernando Bayma Araújo
Des. Jorge Rachid Mubárack Maluf
Des. José Stélio Nunes Muniz
Des. Raimundo Freire Cutrim
Des. Cleones Carvalho Cunha

Desa. Nelma Celeste S. S. Sarney Costa
Des. Benedito de Jesus Guimarães Belo
Desa. Maria dos Remédios Buna Costa Magalhães
Desa. Anildes de Jesus Bernardes Chaves Cruz

Desa. Raimunda Santos Bezerra
Des. José Joaquim Figueiredo dos Anjos
Des. Marcelo Carvalho Silva

Desa. Maria das Graças de Castro Duarte Mendes
Des. Paulo Sérgio Velten Pereira
Des. Lourival de Jesus Serejo Sousa
Des. Raimundo Nonato de Sousa

Des. Jaime Ferreira Araújo
Des. Raimundo Nonato Magalhães Melo
Des. José Bernardo Silva Rodrigues
Des. José de Ribamar Fróz Sobrinho
Des. José Luiz Oliveira de Almeida

Raimundo Moraes Bogéa
Sônia M. Amaral Fernandes Ribeiro
Juizes Auxiliares

EXPEDIENTE

TJ Notícias é uma publicação
do Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão

Assessoria de Comunicação
da Presidência

Av. Pedro II - Centro - São Luís-MA
CEP: 65.010-905 - Fone: 2106-9000

Twitter: @TJ_MA
Site: www.tjma.jus.br
E-mail: asscom@tjma.jus.br

Jornalista Responsável:
Helena Barbosa (MTE-391-JP)

Reportagem:
Amanda Mouzinho, Andréa Colins,
Antônio Carlos de Oliveira, Irma Helenn,
Joelma Nascimento, Juliana Mendes,
Paulo Lafene e Orquídea Santos

Diagramação:
Tiago Erre

Fotos:
Asscom/Ribamar Pinheiro

Relatório mostra não haver doenças ocupacionais no TJMA



Cristiano Cecatto apresenta resultados de laudos e exames

Profissionais da Assessoria em Segurança & Saúde Ocupacional (SSO), apresentaram aos funcionários, os Resultados de Engenharia e Saúde Ocupacional do Tribunal de Justiça do Maranhão, baseados em laudos periciais e exames médicos visando

melhores condições ambientais nos prédios e dos servidores.

O levantamento inclui visitas a cerca de 100 comarcas, na capital e interior do Estado, onde a equipe percorreu mais de 15 mil km levantando os riscos químicos, físicos e

biológicos para a saúde do servidor.

A equipe foi a todas as unidades de justiça (interior e capital), onde foram detectadas algumas situações que exigem investimentos para melhorar as condições de trabalho, como iluminação deficiente ou excessiva, fiação exposta, falta de sinalização, inadequação de móveis, dentre outras.

RECOMENDAÇÕES - Com base no que foi constatado, foram sugeridas diversas recomendações pela SSO e pela diretoria de Recursos Humanos para a diretoria de Engenharia - algumas já estão sendo implantadas.

Segundo os dados do levantamento, 100% dos servidores são aptos para desenvolver suas funções e não há no Tribunal servidor doente por ocupação laboral. Não foi constatado nenhum servidor com doença ocupacional definida.

O próximo passo do TJMA é trabalhar o estilo e hábito de vida e fazer o acompanhamento dos servidores que tenham alguma

doença crônica, não ocupacional, com ações de saúde.

O diretor de Recursos Humanos, Aurino Luz, afirmou que o Tribunal de Justiça do Maranhão é pioneiro nesse trabalho no setor público.

A preocupação maior, segundo ele, é fazer perícias no sentido de verificar a existência de insalubridade e periculosidade no ambiente de trabalho em todo o Poder Judiciário, além de fazer parcerias com empresas especializadas em atividades físicas no sentido de proporcionar uma melhor qualidade de vida ao servidor.

Na oportunidade, o engenheiro da SSO, Cristiano Ceccato esclareceu sobre a aplicação da Portaria nº 3.214/78 e outras normas que regulamentam a avaliação de ambientes insalubres e perigosos e sobre a forma de compensação do servidor em risco.

“Não basta a suposição do risco pelo servidor. É necessário realizar o laudo técnico e enquadrar as características da situação verificada na norma vigente”.

Juiz da execução penal vistoria reforma em Central de Custódia



Autoridades ligadas à execução penal vistoriaram as obras de reforma que o governo do Estado está realizando na Central de Custódia de Presos de Justiça (CCPJ) do Anil, após inspeção anterior realizada pelo juiz auxiliar da 2ª Vara de Execuções Penais (VEP), Douglas Melo Martins, constatar problemas de infra-estrutura e insalubridade, além de outras deficiências nas instalações.

Na reforma estão sendo feitos reparos em infiltrações nas paredes, serviço de pintura, e aquisição de beliches, que aumentou de quatro para oito o número de vagas dos presos em cada cela.

“Essa inspeção é para adequar a reforma às necessidades da Central, de um modo

que permita que os presos cumpram suas penalidades com dignidade”, explicou o juiz.

Após a inspeção, o secretário-adjunto da administração penitenciária, João Bispo Serejo, anotou as modificações sugeridas pela comissão de inspeção, para que sejam implementadas durante a execução da reforma do CCPJ.

O promotor de Justiça, Cláudio Cabral Marques, presente à vistoria, disse que o papel dos órgãos que compõem a Execução Penal não é apenas acompanhar processos mas, também, de fiscalizar o funcionamento da própria estrutura e constatar melhorias que estão sendo anunciadas pelo Governo do Estado.

Desembargador defende políticas públicas para reinserção de presos



“As taxas de reincidência no crime com percentuais entre 60% e 70% servem de alerta para o governo desenvolver políticas de inserção social do preso e evitar que ele volte a cometer delitos”.

A afirmação foi feita pelo coordenador nacional do Programa Começar de Novo, desembargador Froz Sobrinho, durante reunião com a equipe técnica da Secretaria Adjunta de Tecnologia da Informação e Integração (SEATI/Casa Civil), parceira do programa no Estado.

Na ocasião, o desembargador – que também é coordenador do Grupo de Monitoramento Carcerário do TJMA – fez um breve relato sobre as atividades voltadas à sensibilização de órgãos públicos e da socie-

dade civil com a finalidade de proporcionar cursos de capacitação profissional para presos e egressos do sistema carcerário, promover ações de cidadania e educação que diminuam a reincidência.

Adotado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) como padrão, o sistema desenvolvido em parceria com os técnicos da SEATI permitirá o censo da população carcerária, centralizando todos os dados sociais e penais de presos e egressos das penitenciárias do Brasil, além do gerenciamento eletrônico das ações do Projeto Começar de Novo. O sistema também traça um perfil do beneficiado, informando características peculiares, como aptidão ou mesmo o seu interesse por determinada atividade profissional.



TJMA instala vara e inaugura sede de juizado em Açailândia



Presidente do TJMA discursa na instalação de vara em Açailândia

A estrutura do Poder Judiciário no município de Açailândia foi ampliada com a instalação, em 1º agosto, da 5ª Vara Cível e Criminal e a inauguração da sede própria do Juizado na cidade, situada na região do oeste maranhense, a 570 km da capital.

O reforço nos serviços da Justiça naquela comarca vai ao encontro da expectativa de magistrados, advogados e moradores quanto à melhoria do atendimento à grande demanda processual existente. São 12.687 processos da sede e dos termos de Cidelândia e São Francisco do Brejão, distribuídos em quatro varas e um juizado já existentes.

“A grande demanda de processos, notadamente os criminais, aliada ao desenvolvimento sócio-econômico de Açailândia e à reivindicação dos magistrados e advogados levaram o Tribunal a criar e instalar mais uma vara na comarca”, disse o presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon, ao declarar instalada a unidade.

Na oportunidade, o desembargador anunciou que o Tribunal também investiu R\$ 174 mil em reparos no prédio do fórum, por meio de contrato de manutenção predial e pequenos serviços, que devem ser concluídos em 45 dias.

A 5ª vara de Açailândia foi criada pela Lei Complementar nº 132, de 30/07/2010. No mês seguinte, o pleno do Tribunal aprovou a implantação da unidade, instalada em um espaço de 56,80 m² do fórum, em ambiente climatizado, com recepção e balcão de atendimento.

O investimento na estrutura física, composta de secretaria, sala de audiência, assessoria e gabinete do juiz, foi de R\$61.983,16.

“Aqui são ajuizadas causas de grande complexidade, que, a partir de agora, serão julgadas com mais cuidado, com a instalação de uma vara especializada em matéria criminal, com o auxílio de mais um juiz”, destacou a juíza Lidiane Melo Sousa, diretora em exercício do fórum.

JUIZADO - Na ocasião, foi também inaugurada a sede própria do Juizado Especial Cível e Criminal, situada no centro da cidade, em imóvel alugado, com 233,21 m², que recebeu obra de reforma e adaptação, ao custo de R\$ 49.286,54 para o Judiciário.

As novas instalações do órgão foram preparadas para o atendimento da demanda de 1.333 processos em tramitação. Possuem secretaria, recepção, arquivo, depósito, área de vivência, assessoria, sala de audiência e gabinete do juiz.

O prédio foi adaptado ao serviço judicial, após serviços de pintura geral, instalação de

pontos elétricos e lógicos, climatização, instalação de grades de ferro e construção de balcão de atendimento e sanitários públicos e privativos.

Para o juiz diretor do juizado, Antonio Fernando Machado, dentre as vantagens da nova sede estão a maior proximidade com os usuários, devido ao fácil acesso, e os amplos espaços que permitiram destinar salas para cada tipo de atividade, com mais capacidade de atendimento ao público.

AÇAILÂNDIA - A Justiça local atende a uma população aproximada de 104 mil re-

sidentes (IBGE-2010). Dados de 2008 indicam que o município possui a maior renda per capita do Maranhão: R\$ 17.671,52 por habitante. É um dos maiores centros econômicos do Maranhão.

Segundo o prefeito municipal Ildemar Gonçalves, a instalação de mais uma vara e de nova sede para o juizado representam um “marco” para o Município. “A demanda vai aumentar ainda mais, mas o Poder Judiciário está preparado e venceu uma grande etapa na melhoria dos seus serviços”, salientou o gestor.

ESTRUTURAÇÃO - Com essas medidas, o Poder Judiciário avançou mais uma etapa do projeto de estruturação das comarcas no interior do Estado, acompanhando a evolução sócio-econômica da população e dotando as representações locais da Justiça de estrutura adequada para o enfrentamento da crescente demanda processual.

“A 5ª vara foi um pleito conjunto dos advogados e do Executivo Municipal feito pessoalmente ao presidente do Tribunal de Justiça, que agora foi concretizado”, ressaltou o presidente da seccional da OAB local, Antonio Brito Soares.

As solenidades foram acompanhadas por grande número de pessoas, dentre autoridades, moradores e servidores.

Também estavam presentes o ouvidor do TJMA, desembargador José Bernardo; o juiz auxiliar da presidência, Raimundo Bogéa; a diretora das promotorias de Justiça, Gerusa Capistrano Bandeira; os juizes João Santana, Adolfo Pires da Fonseca; Edilson Caridade, Samira Heluy, André Bogéa, Angelo Alencar dos Santos e a diretora geral, Alessandra Darub.



Autoridades presentes na inauguração do Juizado



Lançada pedra fundamental para construção do fórum de Porto Franco



O Poder Judiciário do Maranhão lançou a pedra fundamental para construção do fórum da comarca de Porto Franco, em solenidade realizada em 1º agosto, com a presença do presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon e do prefeito Deoclínes Macedo.

O fórum será construído em um terreno de 3.643,72m², ocupando uma área de 538,56m², com duas varas, estacionamento,

rampa de acesso para portadores de necessidades especiais. A obra será executada em 180 dias. O valor do investimento na obra é de R\$ 1,2 milhão

A construção do fórum vem dar uma resposta à demanda judicial na comarca, oriunda da sede e dos três termos judiciários: São João do Paraíso, Campestre e Lajeado Novo. Tramitam cerca de 3 mil processos em cada vara da comarca.

Judiciário instala 2ª vara cível de Araióses



Com a presença do presidente do TJMA, desembargador Jamil Gedeon e da prefeita Luciana Trinta, foi instalada, no início de agosto, a 2ª Vara Cível e Criminal de Araióses, comarca com 43 mil habitantes, e uma demanda de 7 mil processos.

A comarca foi criada pelo Decreto-Lei de nº 15 de 30/12/37 e instalada em 6 de junho de 2003. De entrância intermediária, faz parte do polo Chapadinho e tem como termo Água Doce do Maranhão.

Até agora já foram revitalizados os fó-

runs de Amarante, Montes Altos, Pastos Bons, São João dos Patos, Bacabal, Coroatá, Barreirinhas, Imperatriz, Itinga, Araióses, dentre outros.

Além do anexo do fórum da capital, estão em construção os novos fóruns de Alto Parnaíba, Caxias, João Lisboa, Loreto, Mirador, Mirinzal, Santa Inês e São Mateus, além dos salões do Júri de Estreito e Carolina, que receberam novos fóruns em 2010, por meio de um convênio realizado com o Consórcio Estreito de Energia.

Presidente vistoria obras de revitalização de fóruns no interior

As comarcas de Itapecuru-mirim, Vargem Grande, Chapadinho, Brejo e São Bernardo receberam, em agosto, a visita do desembargador Jamil Gedeon e uma comitiva de magistrados.

Nas cinco unidades, o presidente do Tribunal de Justiça verificou o andamento dos serviços de revitalização dos fóruns e o serviço de vigilância armada.



ITAPECURU-MIRIM

A revitalização está praticamente concluída, após cinco meses de obras. Foram

gastos R\$ 461.857,74 na recuperação da cobertura, colocação de grades, revestimentos nos corredores e circulações, instalação de uma subestação elétrica, ampliações de salas, recuperação da fachada principal (com paisagismo), calçadas, revisão das instalações elétricas e lógicas, acessibilidade, recuperação da fossa e sumidouro, além da pintura geral.

VARGEM GRANDE

A reforma do fórum começou em agosto, com previsão de adequação do espaço para instalação de uma 2ª Vara. A revitalização será executada no prazo de 90 dias.

De entrância intermediária, Vargem Grande tem uma média de 3.500 processos tramitando e cerca de 150 processos distribuídos mensalmente.



CHAPADINHA

Estão praticamente concluídos os serviços de pintura geral, adaptação de espaços, colocação de balcões de atendimento, elevação do muro, dentre outros serviços.

Na obra, foram investidos R\$184.934,11.



BREJO

Pintura geral, reativação do salão do júri, revisão das instalações hidráulicas, elétricas, lógicas, da cobertura, colocação de uma subestação, estão dentre os serviços que serão realizados no fórum de Brejo.

O investimento é de aproximadamente R\$ 120 mil.



SÃO BERNARDO

Já foi aberto o processo licitatório para construção do novo fórum da comarca de São Bernardo.

Atualmente, mil processos tramita na comarca, com uma demanda mensal de 50.



Universidades e sociedade civil se engajam no projeto socioambiental do Judiciário



Visando o fortalecimento do projeto “Uma Sentença, Uma Árvore”, que visa incentivar o reflorestamento de áreas degradadas por meio de ações do judiciário maranhense, o idealizador do projeto, juiz Marlon Reis, está realizando reuniões para estabelecer maior aproximação e o envolvimento do Poder Público, empresas, entidades, além de universidades, que que vão fornecer informações científicas, desenvolver pesquisas e ajudar no planejamento das ações.

A proposta é promover o plantio de árvores em número proporcional à quantidade

de de sentenças prolatadas.

Em São Luís, já foram enumeradas algumas áreas degradadas que precisam, com urgência, serem revitalizadas, como o Sítio do Rangedor, Parque Estadual do Bacanga e Reserva do Itapiracó.

Em agosto, o presidente do TJ, Jamil Gedeon, entregou uma cópia do projeto ao secretário estadual de Meio Ambiente, Victor Mendes. Na ocasião, Mendes destacou a importância da iniciativa do Judiciário maranhense, e afirmou que aquela secretaria participará do projeto por meio da cooperação técnica.

Advogados podem se inscrever para defesa oral pela internet

Iniciativa do TJMA permite que advogados que desejam fazer defesa de seus clientes na tribuna, durante as sessões de julgamento de processos no Tribunal de Justiça, solicitem, via internet, as suas inscrições prévias para a sustentação oral. A medida foi adotada em agosto para as Câmaras Cíveis Isoladas e Reunidas.

Em ofício encaminhado à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o desembargador Jamil Gedeon, presidente do TJMA, comunicou a facilidade oferecida.

Para o presidente da OAB, Mário Macieira, “a medida é salutar, pois representa uma evolução, além de preservar o método tradicional”.

Outros advogados consultados também aprovaram a iniciativa, alegando que vão ganhar tempo, pois não precisarão mais comparecer ao Tribunal no início da sessão para solicitar a sustentação, no caso em que seus processos estão no meio ou no fim da

pauta.

A inscrição on-line faz parte das ações desenvolvidas pela Diretoria Judiciária para facilitar as rotinas dos processos internos, mas só terá validade se enviada até 1 hora antes do início da sessão.

Depois disso, a solicitação só poderá ser feita ao secretário da Câmara, obedecendo à ordem de chegada, conforme prevê o Regulamento Interno do Tribunal em seu artigo 307.

ACESSO - O link para acesso ao formulário de inscrição está disponível na página eletrônica inicial do TJMA na internet: (www.tjma.jus.br).

Após o preenchimento de dados obrigatórios, como número do processo, nome das partes, do advogado, do dia da sessão e da Câmara julgadora, o solicitante receberá um e-mail de confirmação do pedido, que pode ser impresso.

Desembargador José Luiz Almeida destaca produtividade de juízes do interior

O desembargador José Luiz Almeida destacou a atuação dos magistrados candidatos à promoção ao cargo de juiz auxiliar da comarca de São Luís (entrância final).

Almeida analisou a produtividade dos juízes e constatou a presença efetiva deles em suas comarcas, inclusive com comprovação de realização de audiências nos dias de segunda e sexta ou justificativa fundamentada nos dias em que não as realizaram.

O desembargador fez questão de enfatizar que todas as audiências computadas foram realizadas antes do seu posicionamento, em sessão anterior do Pleno do TJMA, de que só votaria na promoção de candidatos que comprovassem realizar audiências às segundas e sextas.

José Luiz Almeida disse que, de agora em diante, exigirá com mais denodo a comprovação de audiências nesse período, durante as próximas votações de promoção de juízes.

Almeida já declarou, em várias ocasiões,



que só vota em juiz que, comprovadamente, resida na comarca local de trabalho e, posteriormente, concordou com a sugestão de que os magistrados ao menos provassem realizar audiências às segundas e sextas-feiras.

O desembargador ressaltou que sua manifestação não se tratar de bravata, afirmando não pretender monitorar a agenda dos juízes com tal declaração. A manifestação do desembargador ocorreu em uma sessão do Pleno do TJMA, no momento em votava para a promoção de um magistrado ao cargo de juiz auxiliar de entrância final, pelo critério de merecimento.

Judiciário promove ação social na Expoema 2011



O Tribunal de Justiça promoveu várias ações sociais na Exposição Agropecuária do Maranhão (Expoema), realizado de 27 de agosto a 07 de setembro.

Durante o evento, foram oferecidos diversos serviços para população, com campanhas voltadas às problemáticas sociais, como violência contra mulher, exploração sexual de crianças e adolescentes, drogas, adoção de crianças, dentre outras, com o objetivo de lavar cidadania à sociedade.

Entre as ações foram incluídas também

os serviços de consulta processual, orientação jurídica, informações sobre funcionamento e endereços de órgãos da Justiça e formalização de reclamações.

Além da Ouvidoria e do Telejudiciário, que funcionaram em sistema de plantão, participaram das ações a Vara da Mulher, 1ª Vara da Infância e o Juizado de Trânsito.

O Procon foi um dos parceiros do Tribunal de Justiça do Maranhão na exposição, oferecendo serviços de orientação sobre o direito do consumidor.